

Estudo da polifonia: uma busca pela ironia

Aline Wiczikowski Rocha¹

¹ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade de Passo Fundo (UPF)

alininhaw@gmail.com

Resumo. *A Teoria da Argumentação na Língua (ADL), criada por Oswald Ducrot e J.C. Anscombe (1983), propõe uma semântica argumentativa cuja base está no pressuposto de que a língua é, em sua essência, argumentativa e o sentido encontra-se no encadeamento argumentativo. Ducrot desenvolve a Teoria Polifônica da Enunciação, a qual sustenta que o sentido de um enunciado apresenta pontos de vista que se originam dos enunciadores. Nessa teoria, o locutor, responsável pelo enunciado, tem atitudes frente aos enunciadores que coloca em cena, podendo assimilar, concordar ou opor-se aos pontos de vista relacionados a eles. Essas atitudes do locutor revelam a existência de duas maneiras de se comunicar, uma séria e outra não-séria. Este trabalho propõe-se observar, através da análise do texto de opinião, **Os brasileiros – uma nova interpretação**, extraído da revista *Veja*, quais são as atitudes do locutor diante dos enunciadores e como, nele, se estabelece a comunicação não-séria, ou humorística, e mais precisamente irônica. Conforme Ducrot (1988,p.23), “o humor é também um fenômeno lingüístico que as teorias lingüísticas devem permitir compreender”.*

Palavras-chave: argumentação; polifonia; ironia

Abstract. *The Language Argumentation Theory (ADL), created by Oswald Ducrot and J.C. Anscombe (1983), proposes an argumentative semantic whose basis is in the presupposition that the language is, in its essence, argumentative and the sense in the discursive linkage. Ducrot develops the Polyphonic Theory of the Enunciation, which sustains that the sense of a statement presents different points of view from the announcers. In this theory, the announcer, responsible for the statement, has attitudes before the announcers he puts on scene, being able to assimilate, agree or oppose to the points of view related to them. These announcer’s attitudes reveal the existence of two ways to communicate, one serious and other non serious. This work proposes to observe, through the analysis of the text of opinion, **Os brasileiros – uma nova interpretação** (The Brazilians – a new interpretation), extracted from the magazine *Veja*, what are the attitudes of the announcer before who does the statements and how, on it, is established communication non serious, or humoristic, and more precisely ironic. According to Ducrot (1988,p.23), “the humor is also a linguistic phenomenon that the linguistic theories must allow to understand”.*

Key words: argumentation; polyphony; irony.

1. Introdução

“O humor e a ironia são um fenômeno universal” (1983,p.22), é o que considera Ducrot, pesquisador que desenvolveu, juntamente com Anscombe, a Teoria da Argumentação na Língua¹, que traz em si o princípio de que o sentido se baseia na argumentação e se constrói no encadeamento discursivo. A ADL é amplida por Ducrot com a criação da Teoria da Polifonia. Segundo essa teoria no discurso existe um locutor que põe em cena diferentes enunciadores com seus respectivos pontos de vista, a partir dos quais ele (locutor) assumirá um posicionamento. Por meio dessa teoria, Ducrot desenvolve um estudo sobre o humor e a ironia.

O objetivo deste trabalho é observar a atitude do locutor de num texto, frente aos enunciadores colocados em cena, bem como a relação estabelecida do locutor com os pontos de vista gerados pelos enunciadores, conforme a perspectiva polifônica. Pretende-se, ainda, analisar se o discurso pode ser considerado irônico como propôs o estudo de Ducrot.

2. Teoria da Argumentação na Língua

A Teoria da Argumentação na Língua, opõe-se à concepção tradicional do sentido, que chama de denotação ao aspecto objetivo e conotação aos outros aspectos (subjetivo e intersubjetivo). Segundo Ducrot (1988, p.49), no sentido de um enunciado, geralmente, distinguem-se três tipos de indicações: as indicações objetivas, que consistem na representação da realidade; as subjetivas, que indicam a atitude de um locutor frente à realidade, e as intersubjetivas, que se referem às relações do locutor com as pessoas a quem se dirige. Para Ducrot (1988, p.51), há duas razões para suprimir essa separação entre denotação e conotação, justificadas pelo exemplo a seguir: (1) *Pedro é inteligente*. Um enunciado como esse, dá uma descrição de Pedro, e essa descrição está muito ligada à admiração subjetiva que Pedro desperta em seu locutor. Isso quer dizer que, a inteligência não significa nada, se não se tem em conta a admiração que se tem pela inteligência. Isso se aplica, também, aos aspectos intersubjetivos, pois dizer que Pedro é inteligente é pedir ao interlocutor que se porte de determinada maneira com Pedro. Assim, a descrição (ou seja, o aspecto objetivo) se faz através da expressão de uma atitude e também de um chamado que o locutor faz a um interlocutor. Esta é a primeira razão que o autor tem para rejeitar a distinção indicada, e a segunda está na unificação dos chamados, aspectos subjetivo e intersubjetivo, reduzidos aqui, ao que Ducrot chama de *valor argumentativo* dos enunciados. O autor entende que os enunciados possuem um valor argumentativo (ou seja, o valor argumentativo de uma palavra é por definição a orientação que essa palavra dá ao discurso). Em seu modo de ver, o emprego de uma palavra faz possível ou impossível certa continuação do discurso e o valor argumentativo dessa palavra é o conjunto das possibilidades ou impossibilidades de continuação discursiva que seu emprego determina. O valor argumentativo é o nível fundamental da descrição semântica.

Nessa teoria algumas distinções semânticas se fazem necessárias; é o caso da diferença entre *frase* e *enunciado* e entre *significação* e *sentido*. O enunciado, de

¹ ADL – Argumentación dans la langue

natureza empírica, é uma das múltiplas realizações possíveis de uma frase. A frase, pelo contrário, é uma entidade teórica e serve para explicar a infinidade de enunciados. Quanto à segunda distinção, Ducrot chama significação ao valor semântico da frase e sentido ao valor semântico do enunciado (a realização da frase). A frase contém uma significação e o enunciado um sentido. A significação da frase é uma espécie de “modo de emprego” que permite compreender o sentido dos enunciados, ela é essencialmente aberta, indicando o que deve ser feito para que se encontre o sentido do enunciado. Assim, o sentido do enunciado se produz, quando se obedecem às indicações dadas pela significação.

Ao observar que o sentido de um enunciado é também polifônico, o autor integra a polifonia ao estudo da argumentação e amplia a ADL.

A noção de polifonia, originalmente, se refere a uma classe de composição musical na qual se superpõem diferentes partituras. Bakhtin transferiu a noção de polifonia da música para a literatura e Ducrot (1988) adaptou esta noção à análise lingüística do enunciado, cuja idéia de base é que o autor de um enunciado nunca se expressa diretamente, posto que, no mesmo enunciado, são colocados em cena um certo número de personagens. O sentido do enunciado nasce da confrontação desses diferentes sujeitos: “o sentido do enunciado não é mais que o resultado das diferentes vozes que ali aparecem.” (1988, p.16).

Ducrot (1988) rompe com a crença da *unicidade do sujeito falante*. Segundo esse postulado, detrás de cada enunciado haveria somente uma pessoa que fala, um único locutor. O autor pensa que essa unicidade do sujeito falante é muito menos evidente do que habitualmente se pensa. Assim constrói uma Teoria Polifônica, segundo a qual, em um mesmo enunciado, estão presentes vários sujeitos com *status* lingüísticos diferentes.

Ao analisar a idéia de sujeito falante, Ducrot (1988, p.16-17) mostra que ela remete a várias funções muito diferentes: a de sujeito empírico (produtor do enunciado) SE, a de locutor (responsável pelo enunciado) L, a de enunciador (os diferentes pontos de vista que se apresentam no enunciado) E.

Ducrot define como SE o autor efetivo, o produtor do enunciado. Porém, segundo ele, determinar quem é o autor efetivo de um enunciado é muito menos fácil do que se poderia imaginar, mas esta é uma questão que, como lingüista, não interessa a Ducrot: a determinação do SE não é um problema lingüístico. O lingüista e, em particular, o lingüista semanticista deve preocupar-se com o sentido do enunciado, deve descrever o que diz o enunciado, o que ele aporta. De maneira que o que lhe interessa é o que está no enunciado, e não nas condições externas de sua produção.

Quanto ao locutor, este é o principal responsável pelo enunciado: é o eu, o autor do enunciado, que pode ser igual ou totalmente diferente do SE; é um personagem fictício a quem o enunciado atribui a responsabilidade de sua enunciação, por isso ele tem marcas no próprio enunciado.

No que se refere à definição de E, Ducrot (1988, p. 19-20) afirma ser uma das grandes idéias da lingüística contemporânea, o fato de que todo enunciado apresenta certo número de pontos de vista relativos às situações de que se fala. O autor chama de enunciadores àqueles oriundos dos diferentes pontos de vista que se apresentam no

enunciado. Não são pessoas, mas *pontos de perspectiva* abstratos. O próprio locutor pode ser identificado com alguns desses enunciadores, porém, na maioria dos casos, os apresenta guardando certa distância frente a eles. É o que se pode perceber no exemplo citado pelo pesquisador (1988, p.24): (2) *Pedro não veio; ao contrário ficou em casa*. Analisando o primeiro segmento da frase, *Pedro não veio* – se percebe nele dois pontos de vista: um positivo, segundo o qual *Pedro veio* e outro ponto de vista que rejeita o anterior. E_1 – *Pedro veio* ; E_2 – *Pedro não veio*. A explicação para as duas proposições presentes, *Pedro não veio e ficou em casa*, está no fato de que elas não são em absoluto contrárias, incluindo o fato de que Pedro tenha ficado em casa implica que não veio. Para Ducrot, as coisas parecem ocorrer assim: ao dizer, *ao contrário ficou em casa*, o locutor extrai do primeiro fragmento da frase o ponto de vista do enunciador positivo E_1 , ao qual se opõe. Assim, este estranho *ao contrário*, dá conta da presença de um enunciador positivo. Desse modo, se pode observar que o locutor apresenta diferentes atitudes diante dos enunciadores: pode se identificar com eles, assumindo seus pontos de vista, pode ainda, concordar ou se opor a eles. É da teoria da polifonia que surge a concepção de que o sentido de um enunciado é a descrição que ele dá na enunciação.

Ao observar como se comportam os enunciados humorísticos e irônicos Ducrot afirma “não intenciona definir semanticamente a palavra humor, mas sim extrair dela um conceito geral e útil na descrição da fala, escolhe então, chamar humor porque acredita que há alguma relação com o que, na vida cotidiana, chamamos humor.” (1988, p.20). Nesse sentido, um enunciado é classificado como humorístico quando cumpre as seguintes condições:

1. Entre os pontos de vista apresentados no enunciado, há pelo menos um que obviamente é absurdo, insustentável (em si mesmo ou no contexto).
2. O ponto de vista absurdo não é atribuído ao locutor.
3. No enunciado não se expressa nenhum ponto de vista oposto ao ponto de vista absurdo (não é retificado por nenhum enunciador).

Os enunciados humorísticos, nesta concepção, podem também ser chamados de *irônicos*, sempre que o ponto de vista absurdo for atribuído a um personagem determinado a que se busca ridicularizar.

A Teoria Polifônica trouxe significativas contribuições para os estudos de Ducrot na ADL, hoje, sua teoria é desenvolvida juntamente com Carel numa versão atualizada, conhecida como Teoria dos Blocos Semânticos (TBS). A base da TBS constitui-se a partir de certos discursos (encadeamentos argumentativos) evocados por uma entidade lingüística. Carel (2005, p.80) qualifica de encadeamento argumentativo qualquer seqüência de dois segmentos que são, de certo modo, *dependentes*. Ducrot e Carel (2005, p.14) esquematizam os encadeamentos argumentativos como X conector Y, e admitem apenas dois tipos de conectores, em conseqüência, dois tipos de encadeamentos argumentativos: encadeamentos *normativos*, com conectores do tipo *portanto* (*donc*)², e os encadeamentos *transgressivos*, com conectores do tipo *mesmo assim* (*pourtant*). (3) *João é gentil, DC eu gosto dele*. (4) *Pedro é gentil, PT não gosto*

² Representados, de agora em diante, pelas seguintes designações: *donc* DC normativo, *pourtant* PT transgressivo.

dele. Deste modo, “dar o significado de uma expressão é associar-lhe diferentes argumentações que são evocadas por seu emprego.” (DUCROT e CAREL, 2008)

Dispostos os conceitos, se passará à análise do texto *Os brasileiros – uma nova interpretação*³.

3. Analisando o texto: uma busca pela ironia

Foi analisado o texto *Os brasileiros – uma nova interpretação*, de Roberto Pompeu de Toledo, extraído da revista *Veja*, de 3 de maio de 2006, p. 142, Ensaio.

No texto, o presidente do INSS, Valdir Moysés Simão, diz que as filas do INSS se devem a uma “questão cultural”, esse enunciado é produzido por um locutor que afirma o seguinte:

L₁ (Simão) – *Por uma questão cultural, o segurado tem receio e acaba chegando muito cedo.*

Compreende-se como argumentação desse enunciado que o L₁ entende que a “questão cultural” gera as filas do INSS, e que ela é caracterizada como um “traço do povo brasileiro”, que por sua vez, “gosta de ficar em filas”.

É relevante observar o valor argumentativo do enunciado “doutrina Simão”, o qual está justificado no entendimento de L₁ – *O brasileiro gosta de ficar em filas DC há filas no INSS*, revelando, assim, uma nova via de interpretação do Brasil, conforme enuncia L₂.

O Locutor₂, é o responsável pelo texto, bem como pelos enunciadores postos em cena com os seguintes pontos de vista.

É brasileiro DC gosta de morar longe.

É brasileiro DC gosta de paisagens áridas.

É brasileiro DC gosta de serviços precários.

É brasileiro DC prefere morar em favelas.

É brasileiro DC prefere a construção improvisada.

É brasileiro DC prefere espremer-se em ônibus, vans, trens.

É brasileiro DC prefere ficar na fila do posto de saúde.

É brasileiro DC prefere ficar em macas nos corredores dos hospitais.

É brasileiro DC prefere assistência apressada.

É brasileiro DC prefere ensino fundamental público.

É brasileiro DC prefere ensino superior privado.

É brasileiro DC prefere cargos mal pagos.

³ Texto cedido pela Prof^a Telisa F. Graeff, a quem agradeço.

É brasileiro DC prefere trabalho temporário.

É brasileiro DC prefere morar em zonas mais desprotegidas.

É brasileiro DC prefere conviver com bandidos.

É brasileiro DC prefere imiscuir-se em tiroteios.

É brasileiro DC prefere não viajar.

É brasileiro DC prefere não progredir.

A atitude do L₂, em relação a todos os pontos de vista apresentados, é de discordância, oposição. Essa atitude pode ser conferida quando se afirma, “*Demorou para que compreendêssemos o comportamento bizarro, na contramão da lógica mais comezinha, da maioria dos brasileiros.*”, logo os enunciados absurdos são identificados a L₁, pois foi este que afirmou ser uma questão cultural a origem das filas. Esse mesmo L₁ poderia dizer que é “questão cultural” o fato de morar longe, em paisagens áridas, em favelas, em construções improvisadas, ter serviços precários, andar em transporte público, ficar na fila do posto de saúde, em macas nos corredores dos hospitais, receber assistência apressada, preferir ensino fundamental público e superior privado, cargos mal pagos e trabalhos temporários, morar em zonas mais desprotegidas, conviver com bandidos, imiscuir-se em tiroteios, preferir não viajar e não progredir. Note-se, além disso, que também são irônicos os enunciados.

Pode-se dizer, ainda, no que se refere à afirmação de L₂, que a lógica seria procurar o mais confortável, o mais saudável, o mais eficiente..., mesmo assim não é o que os brasileiros fazem, na ótica absurda do L₁. Verifica-se, então, que, enquanto o L₁ assume o ponto de vista evocado pelo aspecto normativo, L₂ o refuta, assumindo o ponto de vista evocado pelo aspecto transgressivo.

É brasileiro DC gosta de morar longe.	<i>Aspecto normativo evoca o ponto de vista assumido por L₁</i>
É brasileiro PT não gosta de morar longe.	<i>Aspecto transgressivo evoca o ponto de vista assumido por L₂</i>
É brasileiro DC gosta de serviços precários.	<i>Aspecto normativo evoca o ponto de vista assumido por L₁</i>
É brasileiro PT não gosta de serviços precários.	<i>Aspecto transgressivo evoca o ponto de vista assumido por L₂</i>

Observando ainda o enunciado, “*Demorou para que compreendêssemos o comportamento bizarro, na contramão da lógica mais comezinha, da maioria dos brasileiros.*”, percebe-se claramente um locutor marcado na desinência de *compreendêssemos*, assim o eu aqui é na verdade nós – um eu ampliado composto pelos que não são do PT.

Na seqüência, o L₂ explica o que entende por ser do PT, “*Foi preciso esperar por um funcionário do governo do PT. Outros governos, carentes de raízes populares, não teriam a mesma legitimidade.*”

A argumentação que um enunciado desse tipo evoca é:

Tem raízes populares DC entende de povo.

Assim, ser PT é entender de povo.

O L₂ continua “*Este conhece o povo.*”, e chega à ironia máxima, ao apresentar o enunciado “*Quando um seu porta-voz levanta a teoria da ‘questão cultural’, é porque sabe do que está falando.*”

Em realidade, o L₂ não concorda com o enunciador desse ponto de vista e identifica-o novamente ao L₁ e atinge ao partido do PT como um todo.

Como se sabe, o PT – Partido dos Trabalhadores – foi criado para defender os direitos dos trabalhadores, o que incluiria ter direito à saúde, educação, transporte, lazer. É absurdo que um seu representante diga que por “questão cultural” o brasileiro não aceita esses benefícios.

4. Considerações finais

O texto, *Os brasileiros – uma nova interpretação*, pode ser percebido como irônico por um leitor competente. Entretanto, o que se objetivou desde o princípio, foi explicitar, com base nos estudos de Ducrot, o humor e a ironia dentro do universo discursivo. Ao completar o estudo, ficou mais clara a afirmação de Ducrot, quando se refere ao humor como “um fenômeno lingüístico universal” (1988, P.22-23). Observou-se neste trabalho o funcionamento e o cumprimento das condições exigidas para que os enunciados fossem caracterizados como humorísticos e até irônicos.

Tem-se o Locutor₁ (Simão), cujo enunciador tem como ponto de vista, a existência da questão cultural, portanto existência de filas, e o Locutor₂ (autor) responsável pelo texto e também pelo enunciador que discorda do L₁. O L₂, ao não concordar com os pontos de vista absurdos, identifica-os ao L₁ e critica não só o responsável pelo enunciado, mas o Partido dos Trabalhadores (PT) como um todo. Assim, está evidenciado no texto, em primeiro lugar, não um, mas vários pontos de vista, obviamente absurdos, segundo os quais o fato de ser brasileiro significa gostar de conviver com o que é precário. A segunda condição se satisfaz igualmente, pois os pontos de vista absurdos não são atribuídos ao L₂, mas sim ao L₁— presidente do INSS. Por fim, a terceira condição é cumprida, pois não há nenhuma retificação do enunciado absurdo. Logo, o texto analisado além de humorístico, qualifica-se também como irônico, uma vez que está destinado a atacar a uma pessoa: aquela a quem se atribui o(s) ponto(s) de vista absurdo(s).

5. Referências

CAREL, Marion. O que é argumentar? *Desenredo*, Revista do PPGL da UPF, Passo Fundo, Editora da Universidade de Passo Fundo, v.1, n.2, p. 77- 84, jul./dez. 2005.

CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. *La semántica argumentativa: una introducción a la Teoría de los Bloques Semánticos*. Edição realizada por Marta Garcia Negroni e Alfredo M. Lescano. Buenos Aires: Colihue, 2005.

———. Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v.43, n.1, p. 7-18, jan./mar. 2008.

DUCROT, Oswald. *Polifonía y argumentación*. Cali: Universidad del Valle, 1988.

6. Anexo

Os brasileiros – uma nova interpretação

Roberto Pompeu de Toledo

Veja, 3 de maio de 2006, p. 142, Ensaio.

O presidente do INSS, Valdir Moysés Simão, disse ao *Jornal Nacional*, da Rede Globo, que foi ao ar na segunda-feira, que as filas nas unidades de atendimento do órgão se devem a uma “questão cultural”. Seria um traço do povo brasileiro já tão arraigado na consciência coletiva que contra ele se esboroam as boas intenções das autoridades. A frase completa foi: “Por uma questão cultural, o segurado tem receio e acaba chegando muito cedo”. Daí eu desde a madrugada se formem as desagradáveis aglomerações em frente aos postos da Previdência.

A “doutrina Simão”, chamemo-la assim, tem alcance que vai muito além da questão do atendimento no INSS. Ela abre as portas para uma nova e reveladora via de interpretação do Brasil. À luz da “questão cultural” temos uma explicação, por exemplo, para o fato de um número tão grande de brasileiros morar longe. Tantos bairros bons nas cidades, e eles insistem em se entocar nos cafundós-do-judas. Tantas ruas aprazíveis, arborizadas, com oportunidades de lazer e boas escolas por perto, e eles se refugiam em lugares onde a paisagem é árida e os serviços são precários. Alguns até insistem em se empoleirar em favelas. Tantos lugares bem urbanizados, em que as construções são seguras e os títulos de propriedade passíveis de ser legalizados, e eles preferem a construção improvisada, em lugares de risco e em terrenos dos quais jamais poderão ser proprietários. Só pode ser mania, uma invencível e irracional resistência a mudar de hábitos. Ou, como disse Simão, em formulação mais erudita, uma “questão cultural”.

Do fato de morar longe resulta que uma grande massa de brasileiros gaste boa parte do dia a deslocar-se da casa ao local de trabalho, e vice-versa. São três, quatro, cinco ou mais horas em veículos de transporte coletivo que não oferecem conforto nem segurança. Já que insistem em morar longe, deveriam pelo menos equacionar melhor seu sistema pessoal de transporte. A indústria nacional produz bons automóveis – por que não adquirir um? Para quem não gosta de dirigir, há os táxis. E a vida moderna oferece até alternativas avançadas, como os helicópteros. Não. Eles preferem espremer-se em ônibus, vans ou trens. Tal promiscuidade nesses meios de transporte que no Rio de Janeiro acaba de ser adotado o critério de reservar vagões só para mulheres no metrô e nos trens de subúrbio. É mais trabalho que dá às autoridades, resultado de hábitos da população tão arraigados que, como desvendou Simão, em seu precioso Insight, só podem provir de uma questão cultural.

Tome-se outro setor, o da saúde. É fato conhecido que o Brasil possui bons hospitais. Também é fato conhecido que temos uma boa medicina, equiparável à dos países mais desenvolvidos e exercida por profissionais que atendem em consultórios bem montados e bem localizados. Que faz a maioria da população, porém? Prefere as filas (sempre as filas!) dos postos de saúde, ou as macas armadas nos corredores de abarrotados hospitais públicos. É “questão cultural” em estado puro. Há hospitais que até parecem hotéis de luxo, tal a excelência de suas instalações e do atendimento. A esmagadora maioria os rejeitados em favor de uma assistência apressada, oferecida em prédios arruinados.

Volte-se o olhar para o ensino e o emprego, e o panorama é similar. Em cada cidade há um número considerável de boas escolas particulares, mas a massa prefere a aventura incerta da escola pública. No ensino superior, ao contrário, as melhores ofertas estão na universidade pública. Mas a maioria – cruel paradoxo – prefere as faculdades particulares, nas quais o ensino é pior e se tem de pagar. Isso quando se chega à faculdade, pois na maior parte dos casos se prefere nem chegar perto. No emprego, esses mesmos que optaram pelo ensino fundamental público e pelo ensino superior privado, ou que prescindiram do ensino superior, vão agora engrossar as fileiras daqueles que se jogam de corpo e alma nos cargos mal pagos, nas ocupações temporárias e nos arranjos sem carteiras assinada. São costumes que, por ter origem cultural, não se mudam com facilidade. E no setor da segurança pública, então? Mora-se nas zonas mais desprotegidas, convive-se com bandidos na esquina de casa, e vigora até a compulsão de imiscuir-se no meio de tiroteios – daí a frequência de vítimas de balas perdidas.

A maioria da população brasileira não viaja ao exterior. Teima em ficar em seu canto e, ao recusar-se a conhecer os centros mais avançados, priva-se de padrões de comparação que seriam úteis ao desenvolvimento pessoal e ao progresso coletivo. Eis outro traço de infaustas conseqüências. Demorou para que compreendêssemos o comportamento bizarro, na contramão da lógica mais comezinha, da maioria dos brasileiros. Foi preciso esperar por um funcionário do governo do PT. Outros governos, carentes de raízes populares, não teriam a mesma legitimidade. Este conhece o povo. Quando um seu porta-voz levanta a teoria da “questão cultural”, é porque sabe do que está falando.